**A PERSONALIDADE JURÍDICA ELETRÔNICA DE UM
ARTEFATO ROBÓTICO COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
(IA): ARGUMENTOS A FAVOR E CONTRA AO
RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
ELETRÔNICA PELO DIREITO CIVIL BRASILEIRO**

***THE ELECTRONIC LEGAL PERSONALITY OF A ROBOTIC ARTIFACT
WITH ARTIFICIAL INTELLIGENCE (AI): ARGUMENTS FOR AND
AGAINST THE RECOGNITION OF ELECTRONIC LEGAL
PERSONALITY BY BRAZILIAN CIVIL LAW***

Recebido: 27/03/2024

Aceito: 06/06/2024

Domingos Gustavo Xavier de Albuquerque

Doutorando em Direito (na Área de Concentração: Direito,
Processo e Cidadania e Linha de Pesquisa: Processo,
Hermenêutica e Efetividade dos Direitos), pela Universidade
Católica de Pernambuco (UNICAP) (2024 a 2028)

Mestrando em Direito Civil pela Universidade Federal de
Pernambuco (UFPE) (2023 a 2025)

Mestre em Direito (na Área de Concentração: Direito, Processo e
Cidadania e Linha de Pesquisa: Processo,
Hermenêutica e Efetividade dos Direitos), pela UNICAP (2021 a 2023)

Graduado em Direito pela UFPE (2006 a 2011)

Marcelo Felipe Xavier de Albuquerque

Mestrando em Direito (na Área de Concentração:
Direito, Processo e Cidadania e Linha de Pesquisa:

Cidadania Digital), pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) (2024 a 2026)
Especialista em: (1) Direito Imobiliário, pela Universidade Cândido Mendes (UCAM) (2001 a 2007);
(2) Direito Ambiental, pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER) (2012 a 2014);
(3) Direito Constitucional, pela UCAM (2019 a 2021)
Graduado em Direito pela Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino (SOPECE)

RESUMO: A tecnologia, em particular, a inteligência artificial (IA), vem desvendando um novo mundo para a humanidade. Entretanto, em que pesem os notáveis benefícios trazidos pela utilização da IA, há discussões acerca do reconhecimento da sua personalidade jurídica eletrônica. Neste trabalho, investigam-se os riscos presentes nesse tipo de iniciativa, expondo-se os argumentos a favor e contra esse reconhecimento. O estudo é realizado por meio da abordagem qualitativa, valendo-se da técnica bibliográfica para levantamento de dados. O estudo revela que não se pode atualmente reconhecer a personalidade jurídica eletrônica em prol da IA por entender que esta ainda não alcançou um estágio de autonomia capaz de desempenhar funções consideradas únicas e exclusivas da cognição humana e de forma totalmente independente do ser humano, de modo que ela não deve ser considerada como sujeito de direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência artificial – Robótica – Personalidade jurídica eletrônica – Direito civil.

ABSTRACT: *Technology, in particular, artificial intelligence (AI), has been unlocking a new world for humanity. However, despite the notable benefits brought by the use of AI, there are discussions about the recognition of its electronic legal personality. In this work, the risks present in this type of initiative are investigated, exposing the arguments for and against this recognition. The study is carried out using a qualitative approach and a bibliographic technique to collect data. The study reveals that electronic legal personality cannot currently be recognized in favor of AI because it is understood that it has not yet reached a stage of autonomy capable of*

performing functions considered unique and exclusive to human cognition and in a way that is completely independent of the human being, so that it should not be considered as a subject of rights.

KEYWORDS: *Artificial intelligence – Robotics – Electronic legal personality – Civil right.*

INTRODUÇÃO

As tecnologias complementares e disruptivas passaram a fazer parte da vida em sociedade, de modo que é difícil imaginar, atualmente, o distanciamento entre homem e tecnologia, não sendo igualmente fácil, por exemplo, pensar numa sociedade sem os semáforos, os caixas-eletrônicos com comandos de voz, os *smartphones* com interação por voz e acionamento por biometria, a integração entre aparelhos de TV com *smartphones*, entre tantos outros equipamentos.

Outra amostra dessa mudança decorre de certos termos e expressões, como *tokens*, *pendrive*, *deep web*, *spam*, *artificial intelligence*, ou Inteligência Artificial (IA), entre outros/as, que anteriormente eram utilizados/as exclusivamente em ambiente técnico, mas que hoje são usados/as diariamente pelo cidadão comum.

Segundo o que é declarado pelo fundador e CEO do World Economic Forum, ou Fórum Econômico Mundial (FEM), na Suíça, e autor do livro *A Quarta Revolução Industrial*, o engenheiro e economista alemão Klaus Martin Schwab, vive-se atualmente uma 4ª (quarta) Revolução Industrial, que teve início na virada do século e está alicerçada na revolução digital, sendo caracterizada por uma internet mais ubíqua e móvel, pelo emprego de sensores menores e mais poderosos, pela presença da IA em inúmeros equipamentos eletrônicos, pela existência da *Big Data* e de tantas outras ferramentas tecnológicas que permitem, cada dia mais, que as máquinas interfiram nos processos produtivos.³

A velocidade da mudança tecnológica é tão célere, que o intervalo entre uma revolução e outra está cada vez mais breve, de modo que o “mercado” já começa a falar sobre 5ª Revolução Industrial, que se refere à

3 SCHWAB, Klaus. *A quarta revolução industrial*. 1. ed. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

forma como os seres humanos vão se adaptar, utilizar e extrapolar suas ações com o uso das tecnologias que estão sendo desenvolvidas na 4ª Revolução”.⁴

Dentre as áreas científicas afetadas pela IA, destaca-se a área da medicina, a qual ganhou ainda mais relevância na época da COVID-19, pois, devido à necessidade do distanciamento físico, a China, por exemplo, criou um *software* com algoritmos de IA, o qual era “capaz de diagnosticar a Covid-19, em 15 segundos, a partir da análise da tomografia de tórax dos pacientes”.⁵ Neste caso, a pessoa enviava a tomografia de seu tórax para o hospital via e-mail ou outro meio eletrônico e, por meio dessa IA, era possível saber se ela tinha (ou não) possibilidade de estar com a COVID-19.

Outro exemplo de IA empregada na área da medicina é o *Deep Patient*, que é uma inteligência artificial desenvolvida pelo Hospital *Mount Sinai*, em Nova York, “capaz de descobrir padrões ocultos nos dados do hospital e, assim, fornecer alertas precoces para pacientes com risco de uma grande variedade de doenças – sem orientação humana”.⁶

É importante ressaltar que a tecnologia abre um novo mundo para a humanidade, em especial, no que concerne à análise diagnóstica de doença e à cirurgia, de modo que daqui a algumas décadas a IA será incorporada de vez pela área de cuidados à saúde, sendo a responsável pelo tratamento da saúde do ser humano por meio de um elevado nível de eficiência e precisão.

Entretanto, em que pesem os notáveis benefícios trazidos pela utilização da IA, o reconhecimento(ou não) a personalidade jurídica para artefato robótico com IA permanece sendo uma polêmica na área jurídica, pelo fato de que eventual reconhecimento da personalidade jurídica em favor de uma IA, alçando-a, assim, à categoria de sujeito de direitos na qualidade de

4 A 5ª REVOLUÇÃO Industrial já começou? BLOG TD SYNnex, 2022. Disponível em: <https://digital.br.synnex.com/a-5-revolucao-industrial-ja-comecou>. Acesso em: 11 fev. 2024.

5 NALIN, P; NOGAROLI, R. Diagnóstico para Covid-19 com inteligência artificial: novos desafios sobre princípios contratuais e responsabilidade civil médica em tempos de pandemia. Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva, Belo Horizonte, n. 43, p. 256-272, jan.-abr. 2021, p. 265. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2021/06/DIR43-15.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

6 POR que líderes de negócios precisam entender algoritmos? Ilumeo, 2019. Disponível em: <https://ilumeo.com.br/2019/12/09/2019-12-9-por-que-lideres-de-negocios-precisam-entender-algoritmos/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

centro autônomo de imputação subjetiva e de responsável pelos atos que praticar, conferir-lhe-ia, por decorrência legal, direitos inerentes ao ser humano, como o direito à vida (área constitucional), à honra e à imagem (área civil), à remuneração pelo seu labor (área trabalhista), à legítima defesa (área penal), entre outros.

Igualmente lhe seriam imputados as obrigações e os deveres legais, previstos no ordenamento jurídico do país, a exemplo dos pagamentos de tributos (área tributária) e de indenização por danos causados na esfera civil em desfavor de terceiro (área civil). Assim, o reconhecimento da personalidade jurídica para artefato robótico com IA lhe traria tanto direitos quanto deveres perante a sociedade civil e o país no qual está inserido.

Nesse contexto, e no intuito de imergir nessa discussão, neste artigo, investiga-se a problemática envolvendo o reconhecimento da personalidade jurídica eletrônica do artefato robótico com IA no direito civil brasileiro, destacando-se, para tanto, os inúmeros riscos e problemas presentes nesse tipo de iniciativa, e expondo-se os argumentos a favor e contra esse reconhecimento.

O estudo é desenvolvido, valendo-se da abordagem qualitativa, com finalidade exploratória, cujo objetivo é o aprofundamento na compreensão acerca da personalidade jurídica da IA, e nele se valerá, essencialmente, da técnica de pesquisa bibliográfica. A investigação também envolve natureza dogmática no sentido de apresentar ou adiantar problemas vinculados às questões relacionadas ao tema, oferecendo, se possível, a partir de um estudo do sistema jurídico e dos valores consagrados por tal sistema.

Além desta seção introdutória, o trabalho encontra-se dividido em 4 (quatro) seções principais, de modo que, na segunda seção, é realizado um estudo a respeito do conceito da Inteligência Artificial. Na terceira seção, é abordada a personalidade jurídica eletrônica da IA e seu ordenamento jurídico brasileiro atual a reconhece. Na quarta seção, são tratados os argumentos favoráveis ao reconhecimento da personalidade jurídica eletrônica da IA e, na quinta seção, os desfavoráveis, ambos com o foco na posição da doutrina

civilista brasileira. Por fim, apresentam-se as considerações finais relacionadas a este estudo, assim como as referências que serviram de base para as reflexões.

1. O QUE É UMA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)?

É evidente que a IA é um tema central no debate em todo o mundo, sendo objeto de estudo de inúmeros especialistas das mais diversas áreas, haja vista que “psicólogos e neurocientistas investigam as possíveis consequências [da IA] na cognição e no comportamento; advogados, as mudanças no sistema judicial; e sociólogos, as transformações sociais”.⁷

Na política internacional, por exemplo, verifica-se uma corrida das nações em torno de projetos e incentivos com o foco de desenvolver e expandir a IA nas suas fronteiras, buscando, assim, estabelecer um protagonismo na área tecnológica. Assim, não há dúvidas de que a IA é algo de interesse da humanidade e dos países que visam utilizá-la para seu desenvolvimento e proteção, o que leva a indagar o que é uma inteligência artificial (IA) e como ela surgiu.

Os primeiros esboços acerca de IA surgiram na Terceira Revolução Industrial, a qual orientou inovações tecnológicas no ramo das comunicações, a exemplo do telégrafo e do rádio, e no campo da pesquisa, a exemplo da criação da lâmpada por Thomas Edison, contudo, no que toca à criação de um artefato robótico com IA, este somente ocorreu em meados da Segunda Guerra Mundial quando houve, de fato, empenho, investimento e interesse por parte do campo científico.⁸

7 VAINZOF, Rony; GUTIERREZ, Andriei Guerrero. Inteligência Artificial: conceitos fundamentais. In: VAINZOF, Rony; GUTIERREZ, Andriei. Inteligência Artificial (Ia). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/inteligencia-artificial-ia/1394839564>. Acesso em: 15 fev. 2024.

8 BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT'ANNA, Marília Mendonça Moraes. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Neste âmbito de inovações na área de IA, Alan Turing (1950) revolucionou a concepção da IA, “ao introduzir na sua obra ‘*Computing Machinery and Intelligence*’ a dúvida quanto à capacidade de uma máquina ‘pensar’ e não apenas imitar.⁹ Valendo-se do método intitulado de “*Immitation Game*” (Jogo da Imitação), sabe-se que o referido cientista:

[...] criou um teste com a possibilidade de determinar a capacidade interpretativa e de discernimento de uma máquina, averiguando se esta conseguiria conversar de maneira complexa com humanos, sem que estes conseguissem a identificar como agente artificial.¹⁰

Posteriormente, esse teste que ficou conhecido como “*Turing Test*” (Teste Turing), o qual foi “um marco que definiu as limitações da inteligência de uma máquina e as traduziu como agentes que atuam para a concretização de objetivos específicos”.¹¹ Somente no ano de 1956:

[...] na Conferência de Dartmouth, o termo ‘Inteligência Artificial’ (IA) foi apresentado” ao mundo, sendo o cientista John McCarthy “a primeira pessoa a utilizar o termo ‘inteligência artificial’ para definir a capacidade de uma máquina simular a habilidade de pensar.¹²

9 BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT’ANNA, Marília Mendonça Morais. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 14 jan. 2024.

10 BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT’ANNA, Marília Mendonça Morais. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022, p. 24428. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 14 jan. 2024.

11 BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT’ANNA, Marília Mendonça Morais. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022, p. 24428. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 14 jan. 2024.

12 BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT’ANNA, Marília Mendonça Morais. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022, p. 24428. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 14 jan. 2024.

Entretanto, foi com Marvin Minsky e outros cientistas que foi criado o “*Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence*”, que ficou conhecido na história como marco inaugural da IA como projeto de pesquisa.¹³ Nos anos subsequentes à Conferência de Dartmouth, o campo de estudo da IA passou por um exponencial crescimento com financiamentos abundantes, o que fez com o conceito e a definição do que seria IA tivessem inúmeras interpretações.

Para Nils John Nilsson, a IA é “a atividade dedicada a tornar as máquinas inteligentes, e a inteligência é a qualidade que permite a uma entidade funcionar adequadamente e com previsão no seu ambiente”.¹⁴ Por sua vez, Max Tegmark entende que a IA é um programa (*software*) de computador bastante avançado e evoluído capaz de proceder atividades que usualmente “exigem inteligência humana, como: planejamento, reconhecimento de sons e objetos, compreensão de linguagens, raciocínio, solução de problemas, tomada de decisão e aprendizado”¹⁵, declarando, ainda, que o funcionamento da IA depende dos chamados algoritmos “que seriam uma série de diretrizes ou um encadeamento de normas que, ao serem empregadas em um conjunto de informações, possibilitam a resolução de categorias parecidas de desafios”.¹⁶

13 BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT’ANNA, Marília Mendonça Moraes. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 14 jan. 2024.

14 NILSSON, Nils J. *The quest for artificial intelligence: a history of Ideas and achievements*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, p. 13, tradução nossa. Disponível em: <https://ai.stanford.edu/~nilsson/QAI/qai.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

15 TEGMARK, 2019, p. 123 apud NALIN, P; NOGAROLI, R. Diagnóstico para Covid-19 com inteligência artificial: novos desafios sobre princípios contratuais e responsabilidade civil médica em tempos de pandemia. *Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva*, Belo Horizonte, n. 43, p. 256-272, jan.-abr. 2021, p. 265. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2021/06/DIR43-15.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

16 TEGMARK, 2019, p. 123 apud NALIN, P; NOGAROLI, R. Diagnóstico para Covid-19 com inteligência artificial: novos desafios sobre princípios contratuais e responsabilidade civil médica em tempos de pandemia. *Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva*, Belo Horizonte, n. 43, p. 256-272, jan./abr. 2021, p. 265. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2021/06/DIR43-15.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

Fabiano Hartmann Peixoto define a IA como “um ramo da ciência da computação que busca, com interação multidisciplinar com outras áreas do conhecimento, a reprodução de ações cognitivas tipicamente humanas”¹⁷, declarando que ela “está associada à reprodução artificial da capacidade de organizar informações para uma solução aceitável de um problema”.¹⁸

John Searle, por sua vez, trouxe inovação ao estudo acerca da IA no seu livro “*Minds, brains, and programs*”, sendo um dos pioneiros em distinguir a IA entre “*Weak Ai*” (IA fraca) e “*Strong Ai*” (IA forte), sendo, respectivamente, “a inteligência artificial que apenas reproduz dados previamente introduzidos, e a inteligência artificial que possui uma maior complexidade algorítmica capaz de solucionar demandas mais complexas”.¹⁹

Nas palavras de John Searle:

De acordo com a AI no sentido fraco, o principal valor do computador para o estudo da mente reside no fato de que este nos fornece uma ferramenta extremamente poderosa. Por exemplo, ele nos permite formular e testar hipóteses de maneira mais rigorosa e precisa do que antes. Mas de acordo com a AI no sentido forte, o computador não é meramente um instrumento para o estudo da mente. Muito mais do que isso o computador adequadamente programado é uma mente, no sentido de que, se lhe são dados os programas corretos pode-se dizer que eles entendem e que eles têm outros estados

17 PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Direito e inteligência artificial: referências básicas com comentários à Resolução CNJ 332/2020. Brasília, DF: Ed. do Autor, DR: IA, 2020, 55 p., p. 17. (Coleção inteligência artificial e jurisdição; v. 2). Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/200>. Acesso em: 15 jan. 2024.

18 PEIXOTO, Fabiano Hartmann. Direito e inteligência artificial: referências básicas com comentários à Resolução CNJ 332/2020. Brasília, DF: Ed. do Autor, DR: IA, 2020, 55 p., p. 17. (Coleção inteligência artificial e jurisdição; v. 2). Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/200>. Acesso em: 15 jan. 2024.

19 SEARLE, 1984 apud BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT'ANNA, Marília Mendonça Moraes. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022, p. 24430. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 14 jan. 2024.

cognitivos. Conforme a AI no sentido forte, uma vez que o computador programado tem estados cognitivos, os programas não são meros instrumentos que nos capacitam testar explicações psicológicas: os programas constituem as próprias explicações. Não tenho objeções a AI no sentido fraco, pelo menos no que diz respeito ao escopo deste artigo. Minha discussão será dirigida às afirmações que defini como caracterizando a AI no sentido forte, especificamente a ideia de que computadores adequadamente programados têm estados cognitivos e que os programas, a partir disso, explicam a capacidade cognitiva humana. Quando eu me referir a AI estarei considerando a AI no sentido forte, definida através das duas afirmações acima.²⁰

Para Sonia Moreira defende existirem 3 (três) tipos de IA, a saber: Fraca IA, Média IA e Forte IA. Nas palavras da autora:

É usual classificar-se a IA de acordo com três tipos de inteligência: Fraca, Média e Forte. A **primeira** – ANI: Artificial Narrow Intelligence – é aquela que se especializa em uma única área, possuindo um determinado objectivo (p. ex. máquinas treinadas para jogar xadrez); a **segunda** – AGI: Artificial General Intelligence – imita a mente humana, sendo capaz de compreender conceitos complexos e de resolver problemas aprendendo com a sua própria experiência; a **terceira** – ASI: Artificial Super Intelligence – já possuiria competências sociais, igualando ou até superando o cérebro humano. No actual contexto tecnológico, ainda não existe a IA Forte.²¹

20 SEARLE, John R. *Mentes, Cérebros e Programas*. Tradução de Cléa Regina de Oliveira Ribeiro. In: TEIXEIRA, J.F. *Cérebros, Máquinas e Consciência: Uma introdução à Filosofia da Mente*, São Carlos: Editora da UFSCar, 1996, p. 61-93, p. 1. Disponível em: <https://opessoa.flch.usp.br/sites/opessoa.flch.usp.br/files/Searle-Port-2.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

21 MOREIRA, Sonia. IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica? In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedicta Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550, p. 538. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Jacob Turner²², por seu turno, divide a IA em 2 (duas) categorias de algoritmos, sendo a primeira denominada *machine learning* (aprendizado de máquina) e a outra, *deep learning* (aprendizado profundo).

O *machine learning* é uma subcategoria da IA e se refere ao processo pelo qual “os computadores desenvolvem o reconhecimento de padrões ou a capacidade de aprender continuamente ou fazer previsões com base em dados, e, então, fazer ajustes sem serem especificamente programados para isso”.²³ Por outro lado, o *deep learning* é “uma técnica avançada do aprendizado de máquina que utiliza redes neurais, sendo essas inspiradas na estrutura e funções do próprio cérebro do ser humano e na interligação dos neurônios”.²⁴ A esse respeito, Eduardo Barboza Muniz assim explica:

Quando falamos em machine learning ou deep learning estamos nos referindo a capacidades, mais ou menos abrangentes de aprendizado por máquinas. É a possibilidade de que seus respectivos scripts possam ser programados para incorporar novos elementos, em um constante processo de se tornarem mais complexos. A IA é gênero que engloba o machine learning e sua subespécie, deep learning, além de outras formas de aprendizado artificial.²⁵

No mesmo sentido é a posição de Sonia Moreira:

22 TURNER, 2019 apud NALIN, Paulo; NOGAROLI, R. Cirurgias assistidas por robôs e análise diagnóstica com inteligência artificial: novos desafios sobre os princípios contratuais e o equacionamento da responsabilidade civil médica. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo. (coord.). Direito civil e tecnologia. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

23 WHAT is Machine Learning? Hewlett Packard Enterprise, [S.l.], c2022. Disponível em: <https://www.hpe.com/br/pt/what-is/machine-learning.html?jumpid=ps>. Acesso em: 11 out. 2022.

24 NALIN, Paulo; NOGAROLI, R. Cirurgias assistidas por robôs e análise diagnóstica com inteligência artificial: novos desafios sobre os princípios contratuais e o equacionamento da responsabilidade civil médica. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo. (coord.). Direito civil e tecnologia. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

25 MUNIZ, 2021 apud CAVALCANTI, Flávia; CANEN, Doris. Inteligência Artificial e Direito Tributário. Capítulo 17. In: LEITE, Luiza; HOLANDA, Rodrigo; FEIGELSON, Bruno. Tax 4.0: Tributação na Realidade Exponencial. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/capitulo-17-inteligencia-artificial-e-direito-tributario-parte-iii-tributacao-de-robos-e-inteligencia-artificial-tax-40-tributacao-na-realidade-exponencial/1394845343#a-274791336>. Acesso em: 22 mar. 2024.

Através dos mecanismos de *machine learning*, o agente autônomo recolhe informação do meio ambiente, de outros agentes (através de interação com outros agentes autônomos, como aparelhos domésticos *smart*, câmaras de videovigilância, etc.) e da própria internet e de bases de dados a que tenha acesso, aumentando os dados originais de que dispunha. Ou seja, a máquina aprende sozinha, autonomamente, ‘sem programação explícita para tanto, adaptando a aprendizagem para novas situações’. Se o agente for dotado de *deep learning*, esta capacidade de autoaprendizagem aproxima-se da do ser humano, pois replica a nossa rede neuronal.²⁶

Em resumo, a IA é o campo da ciência da computação que tem como finalidade desenvolver sistemas de *hardware* e/ou *software* capazes de desempenhar funções que têm sido tradicionalmente consideradas únicas e exclusivas da cognição humana, a exemplo da fala, do raciocínio especializado e da resolução de problemas, da aprendizagem, entre outras.

2. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E A PERSONALIDADE JURÍDICA ELETRÔNICA (*E-PERSONALITY*)

Nos primeiros anos da graduação em Direito, os alunos já se deparam com o termo “personalidade jurídica”, sendo normalmente relacionado à figura da pessoa física, como se fosse algo que só existisse ou pudesse ser relacionado ao ser humano.²⁷

26 MOREIRA, Sonia. IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica? In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedita Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550, p. 543. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

27 Sonia Moreira declara que “historicamente, os direitos de personalidade surgem como ‘direitos inatos e originários da pessoa, alicerçados na natureza humana’, com o seu fundamento último na dignidade da pessoa humana, encontrando-se a sua constitucionalização na figura de vários direitos fundamentais” Cf. MOREIRA, Sonia. IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica? In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedita Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550, p. 542. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

Anos depois, o aluno aprende que a pessoa em sentido jurídico é aquela que “possui aptidão genérica para adquirir direitos e contrair obrigações, ou seja, ela adquire seus próprios direitos decorrentes da lei como um todo”.²⁸

Sendo um fato decorrente da lei, diz-se que a personalidade jurídica pode ser reconhecida não apenas ao ser “humano”, como também aos entes “não humanos”, a exemplo dos animais, pessoas jurídicas, meio ambiente, entre outros, inclusive em favor da IA.

Assim, “a ‘personalidade’ atualmente não é mais uma característica exclusiva do ser humano ou da entidade jurídica, sendo um setor que ao acompanhar o desenvolvimento social e suas inovações, também se modificou para adequar as demandas sociais”²⁹, podendo, por conseguinte, ser reconhecida a personalidade jurídica aos entes “não humanos”, ainda que não seja para igualá-la com os direitos dos seres humanos.

Ocorre que a sociedade humana possui uma visão antropocêntrica, haja vista que põe o ser humano numa posição de centralidade em relação a todo o universo, seja como um eixo em torno do qual estão situadas todas as coisas e todo o movimento da realidade, seja como um eixo de referência para a compreensão do universo.

Tem-se, portanto, que ao mesmo tempo que sociedade humana permite que estudos jurídicos voltados ao reconhecimento (ou não) da personalidade jurídica eletrônica da IA possam ser realizados, essa mesma sociedade aprisiona esses estudos “em uma velha gramática inspirada ainda em um modelo antropocêntrico, como as ideias de direito subjetivo e titularidade”³⁰ e nos “velhos modelos, que reforçam a já clássica modulação subjetiva do

28 ARAGÃO, Diego Zanetti. *A Personalidade Jurídica*. Jusbrasil, Salvador, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-personalidade-uridica/668360098#:~:text=O%20conceito%20geral%20da%20personalidade,de%20obriga%C3%A7%C3%B5es%2C%20com%20seus%20s%C3%B3cios>. Acesso em: 12 fev. 2024.

29 BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT’ANNA, Marialia Mendonça Morais. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022, p. 24434. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 12 jan. 2024.

30 NEGRI, Sérgio Marcos Carvalho Avila. Robôs como pessoas: a personalidade eletrônica na Robótica e na inteligência artificial. *Pensar*, Fortaleza, CE, v. 25, n. 3, p. 1-14, set. 2020, p. 10. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/10178>. Acesso em: 12 fev. 2024.

discurso jurídico”³¹, de modo que a lei costuma ser elaborada com base nessas perspectivas que, por vezes, são ultrapassadas e retrogradadas.

Durante muitos anos, na história da sociedade humana, durante muitos anos só se reconhecia a personalidade jurídica para aquilo ou aqueles que possuíssem alma e espírito³², sendo este o principal argumento utilizado para escravizar os índios e negros³³, ou seja, já que eles eram considerados como seres que não possuíam alma nem espírito, estavam desprotegidos da lei, o que, conseqüentemente, justificava, ou permitia, a escravidão.

Apesar dessa visão escravocrata ter sido substituída pela visão jurídica (pessoa em sentido jurídico), ainda há países em que a personalidade jurídica só é reconhecida para algumas pessoas, o que reforça a ideia apresentada por Sonia Moreira de que “nem todas as pessoas possuíam os (mesmos) direitos, justificando tratamentos desumanos e genocídio”.³⁴

A respeito, a referida autora ainda declara a seguinte reflexão:

Recordemos o nacional-socialismo alemão e a segunda guerra mundial, pois se esquecermos a história, corremos o risco de a repetirmos. Mas não precisamos de ir tão longe: ainda hoje, há ordens jurídicas que não reconhecem a todas

31 NEGRI, Sérgio Marcos Carvalho Avila. Robôs como pessoas: a personalidade eletrônica na Robótica e na inteligência artificial. *Pensar*, Fortaleza, CE, v. 25, n. 3, p. 1-14, set. 2020, p. 10. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/10178>. Acesso em: 12 fev. 2024.

32 HERKENHOFF, Henrique Geaquinto. Os direitos da personalidade da pessoa jurídica de direito público. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-24082012-120042/publico/Versao_Integral_Tese_de_Doutorado_Henrique_Geaquinto_Herkenhoff.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

33 Segundo o que Herkenhoff (2010, p. 12) apresenta, “discutiu-se interminavelmente se os negros e índios tinham alma e se, tendo-a, ou não, poderiam ser expulsos, assassinados, escravizados e tratados com crueldade, ou se mereciam tratamento semelhante ao que se devia ao homem branco.” Cf. HERKENHOFF, Henrique Geaquinto. Os direitos da personalidade da pessoa jurídica de direito público. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2010. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-24082012-120042/publico/Versao_Integral_Tese_de_Doutorado_Henrique_Geaquinto_Herkenhoff.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

34 MOREIRA, Sonia. IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica? In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedita Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550, p. 540. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

as pessoas em sentido ético o mesmo estatuto jurídico. Pensemos no fundamentalismo islâmico e no tratamento diferenciado que concede às mulheres, por exemplo. Repare-se que não nos referimos ao tratamento misógino ou desigualitário que ainda hoje se reconhece existir de facto nos países ocidentais e com o qual lutamos todos os dias, mas, da assunção de um estatuto jurídico diferente para diferentes grupos de pessoas ou etnias.³⁵

Conforme vem sendo demonstrado, o tema “personalidade jurídica” sempre gerou, gera e, provavelmente, gerará muita polêmica no campo do direito civil, de modo que a problemática vinculada ao reconhecimento da personalidade jurídica do artefato robótico com IA, objeto do presente trabalho, é apenas uma gota neste oceano de debate jurídico.

Após essas digressões, passa-se a expor as linhas de raciocínio e os argumentos a favor e contra o reconhecimento da personalidade jurídica eletrônica da IA.

3. DOS ARGUMENTOS A FAVOR DO RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ELETRÔNICA DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA)

É compreensível que a ideia de um artefato robótico com IA deter personalidade civil é um tanto ameaçadora, uma vez que direitos antes conferidos apenas aos seres humanos, como o direito à vida (área constitucional), à honra e à imagem (área civil), à remuneração por seu labor (área trabalhista), à legítima defesa (área penal), entre outros, passariam a também ser reconhecidos em favor da máquina, o que implica dizer que, muito

35 MOREIRA, Sonia. IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica? In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedita Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550, p. 540-541. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

embora a máquina possa vir a incorrer juridicamente em algum tipo de sanção, nem de longe ela será afetada pelas consequências de seus atos como tende a ocorrer com os seres humanos.

Além do mais, o não reconhecimento da personalidade jurídica eletrônica da IA representaria um retrocesso social e jurídico, posto que a IA está, sim, presente no dia a dia da humanidade, de modo que eventual dano proveniente dos artefatos robóticos com IA seria justificativa suficiente para que fosse reconhecida a personalidade jurídica eletrônica da IA sob pena de a vítima não ter quem acionar na justiça.

Vale lembrar os ensinamentos de Gunther Teubner³⁶, o qual alertou que o direito privado terá que escolher entre reconhecer a existência de uma personalidade jurídica em relação ao artefato robótico com IA e, por conseguinte, responsabilizá-lo pelos atos danosos por ele cometido a outrem ou, então, admitir um número crescente de acidentes sem que seja atribuída a responsabilidade ao próprio causador do dano.

Nessa esteira, Gunther Teubner³⁷ defende que quando as máquinas autônomas tomam decisões independentes, deve-lhes ser reconhecida a figura da personalidade jurídica eletrônica.

Sílvia Díaz Alabart³⁸, por sua vez, defende que os artefatos robóticos com IA teria uma personalidade jurídica *tertium genus*, ou seja, não se trataria de coisas, tampouco pessoas em sentido estrito, mas, sim, uma nova classificação.

Assim, para esses dois autores, o reconhecimento da personalidade jurídica eletrônica para a IA é necessário para viabilizar e permitir, por

36 TEUBNER, Gunther. *Digital personhood? The status of autonomous software agents in private law*. Tradução de Jacob Watson. [S.l.]: Ancilla Iuris, 2018.

37 TEUBNER, Gunther. *Digital personhood? The status of autonomous software agents in private law*. Tradução de Jacob Watson. [S.l.]: Ancilla Iuris, 2018.

38 ABART, Sílvia Díaz. *Robots y responsabilidad civil*. Madrid: Reus, 2018.

exemplo, a aplicação do instituto da responsabilidade civil pelos danos provocados pelos artefatos robóticos com IA em desfavor da sociedade, podendo, assim, a IA responder por seus atos.

De mais a mais, Sonia Moreira lembra que o direito civil brasileiro já admite que entes “não humanos” possam ter personalidade jurídica como, por exemplo, as pessoas colectivas³⁹ (ex.: associações, empresas, fundações etc.).

Nas palavras da autora:

Se a personalidade jurídica é algo que é inerente ao ser humano, como é possível que se possa ponderar a sua atribuição a entes não humanos? Na verdade, o Direito já o faz. Referimo-nos, naturalmente, às pessoas colectivas. As pessoas colectivas são substratos (pessoais ou patrimoniais) criados por seres humanos, dotados de uma orgânica própria, que lhes permite atingir o fim para o qual foram criados, um fim demasiado grande para ser prosseguido por pessoas singulares individualmente. As vantagens da atribuição de personalidade jurídica a estes substratos são inegáveis, desde logo, no que toca à separação patrimonial entre os patrimónios dos seus membros e o património da própria pessoa colectiva.⁴⁰

Nessa perspectiva, o reconhecimento da personalidade jurídica da IA seria algo natural, posto que “se a lei reconhece a possibilidade de atribuição de

39 Segundo o que Joaquim Ramalho apresenta, o “termo ‘pessoa coletiva’ foi fixado na bibliografia jurídica portuguesa por Guilherme Moreira, que, no início do século XX, publicou a obra intitulada *Da Personalidade Colectiva*, na qual o autor designava as pessoas coletivas como entes jurídicos não humanos (Menezes Cordeiro, 2010a). Na obra referida, o autor defendeu, de um modo pioneiro, o uso da denominação pessoa coletiva por contraste a expressões como pessoas jurídicas, pessoas morais, pessoas sociais, pessoas fictícias ou até mesmo pessoas abstratas, que eram bastante usuais na época e que serviam para designar os entes jurídicos não humanos” Cf. RAMALHO, Joaquim. *A personalidade jurídica das pessoas coletivas: evolução dogmática*. Rev. direito GV, v. 15, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201926>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/FxBkjb5DN4tvycCbgGzJ9ZR/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

40 MOREIRA, Sonia. IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica? In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedita Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550, p. 542. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

personalidade jurídica a estes substratos [isto é, ‘pessoas colectivas’], porque não fazê-lo aos agentes autónomos [como a IA]?”⁴¹

Destaca-se que, apesar de o direito civil brasileiro não reconhecer a personalidade jurídica em favor dos entes da natureza⁴² (ex.: animais, plantas, rios, planícies etc.), há países estrangeiros que reconhecem a personalidade jurídica aos entes da natureza, a exemplo da Nova Zelândia, que no ano de 2017 atribuiu personalidade jurídica a um rio, e da Índia, que igualmente no ano de 2017 reconheceu a personalidade jurídica dos rios Ganges e Yamuna.⁴³

Por fim, é importante também acentuar que a Arábia Saudita concedeu a cidadania para a humanoide autômata chamada “Sophia”, que é uma inteligência artificial, criada pela empresa Hanson Robotics com sede em Hong Kong, na China.⁴⁴

Após essas considerações, pode-se afirmar que a corrente doutrinária que defende o reconhecimento da personalidade jurídica eletrônica da IA tem o mérito de combater o antropocentrismo, valendo-se de um instrumento como a

41 MOREIRA, Sonia. IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica? In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedicta Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550, p. 543. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

42 Sobre o assunto, Sonia Moreira declara: “Note-se que a nossa ordem jurídica também não criou um estatuto jurídico semelhante ao do ser humano relativamente aos animais. Apesar de reconhecer que se trata de seres vivos que possuem sensibilidade e, por este facto, os ter considerado objecto de protecção, a nossa lei não os considerou sujeitos de direitos (ou de obrigações, naturalmente). Na verdade, apesar de ter criado um subtítulo dentro do Título que trata dos elementos da relação jurídica – ou seja, o subtítulo I-A (sendo “Das pessoas” o subtítulo I e “Das coisas” o subtítulo II – em nenhum artigo deste subtítulo relativo aos animais se diz que estes são titulares de direitos. Pelo contrário, o art. 201º-D manda aplicar-lhes, como regime subsidiário, o regime das coisas (desde que não seja incompatível com a sua natureza); além disso, o art. 1302º, nº 2, afirma peremptoriamente que são objecto do direito de propriedade, embora os distinga das restantes coisas corpóreas (às quais se refere o art. 1302º, nº 1). Ou seja, apesar de os ter excluído das coisas em termos formais (pois não incluiu a sua regulamentação na matéria das coisas), a verdade é que continua a considerá-los como objectos de direitos e não sujeitos de direitos”. Cf. MOREIRA, Sonia. IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica? In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedicta Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550, p. 548. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

43 NEGRI, Sérgio Marcos Carvalho Avila. Robôs como pessoas: a personalidade eletrônica na Robótica e na inteligência artificial. Pensar, Fortaleza, CE, v. 25, n. 3, p. 1-14, set. 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/10178>. Acesso em: 12 fev. 2024.

44 PORTUGAL, Heloisa Helena de Almeida. E-persons: Robôs inteligentes dotados de personalidade? Magis – Portal Jurídico, [S.l.], 28 maio 2022. Coluna, Nós e Ela (A Inteligência Artificial). Disponível em: <https://magis.agej.com.br/e-persons-robos-inteligentes-dotados-de-personalidade/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

personalidade jurídica, sendo essa iniciativa, portanto, algo inovador, ao promover uma nova cosmovisão no campo do estudo do direito da personalidade jurídica.

4. DOS ARGUMENTOS CONTRA O RECONHECIMENTO DA PERSONALIDADE JURÍDICA ELETRÔNICA DA IA

Em uma perspectiva diametralmente oposta à contida na seção anterior, Tepedino defende uma visão mais restritiva, no sentido de que exclusivamente, deve ser reconhecida a personalidade jurídica para a pessoa física, valendo-se do argumento de que, “se a personalidade é o valor que decorre da dignidade da pessoa humana, e esta traz tutela diferenciada da pessoa física, só a pessoa física possui personalidade jurídica”.⁴⁵ Nessa linha de raciocínio, o autor conclui que não seria cabível, por exemplo, a fixação de indenização a título de dano moral em favor do “não humano” (ex.: animais, pessoas jurídicas, meio ambiente etc.).⁴⁶

Sérgio Negri⁴⁷ entende que não se deve misturar (confundir) o campo do direito civil da personalidade jurídica com o campo da responsabilidade civil, de modo que é perfeitamente possível que haja um dano causado por artefato robótico com IA sem que o direito tenha que obrigatoriamente reconhecer a personalidade jurídica desse artefato robótico para que a vítima possa ser indenizada.

45 FERREIRA, Rafael Medeiros Antunes. Breve Estudo da Personalidade Jurídica. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, CE, v. 1, n. 78, 2015, p. 2. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/breve-estudo-da-personalidade-juridica>. Acesso em: 15 jan. 2024.

46 TEPEDINO, 2008 apud FERREIRA, Rafael Medeiros Antunes. Breve Estudo da Personalidade Jurídica. Revista Científica Semana Acadêmica, Fortaleza, CE, v. 1, n. 78, 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/breve-estudo-da-personalidade-juridica>. Acesso em: 15 jan. 2024.

47 NEGRI, Sérgio Marcos Carvalho Avila. Robôs como pessoas: a personalidade eletrônica na Robótica e na inteligência artificial. Pensar, Fortaleza, CE, v. 25, n. 3, p. 1-14, set. 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/10178>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Acompanhando essa lógica, Ugo Pagallo⁴⁸ declara que “assim como não devemos confundir maçãs com laranjas, é importante separar as maçãs da responsabilidade e as laranjas da personalidade”, de modo que inexistente impedimento jurídico e lógico de se reconhecer o dano na esfera da responsabilidade civil por parte da IA sem ter que necessariamente admitir a existência de uma personalidade jurídica para ela (a IA).

No mesmo caminho, é a posição de Sthéfano Divino⁴⁹, que considera que não seria possível o reconhecimento da personalidade jurídica da IA pelo simples fato de que não “se pode apontar quais direitos e deveres uma IA pode ou não ter em virtude de o ser humano não possuir a experiência tecnológica que tal ser possui”. O autor prossegue nestes termos:

Isso quer dizer que o processo de autodeterminação e de produção normativa destinado à reivindicação de direitos de IA somente poderá ser promovido por esses entes. Caso contrário, sua concessão de forma discricionária e individualizada será atrelada pelo simples giro de capital perante a sociedade. Dessa forma, não se trata de simples simpatia ou de mero reconhecimento da categoria jurídica. Deve haver práticas contra governamentalização, contra a arte de ser dominado, para que os direitos sejam expressos de forma contundente ao cenário em exercício. Isso apresenta uma dificuldade que necessitaria da existência de uma AGI [*Artificial General Intelligence*] para sua ocorrência. Contudo, diante das contingências idealizadas, sua possibilidade é marcante.⁵⁰

48 PAGALLO, 2018 apud NEGRI, Sérgio Marcos Carvalho Avila. Robôs como pessoas: a personalidade eletrônica na Robótica e na inteligência artificial. Pensar, Fortaleza, CE, v. 25, n. 3, p. 1-14, set. 2020, p. 3. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/10178>. Acesso em: 12 fev. 2024.

49 DIVINO, Sthéfano Bruno Santos. Inteligência Artificial como sujeito de direito: construção e teorização crítica sobre personalidade e subjetivação. Revista de Bioética y Derecho, v. 52, p. 237-252, 2021, p. 249. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/RBD/article/view/31503>. Acesso em: 12 fev. 2024.

50 DIVINO, Sthéfano Bruno Santos. Inteligência Artificial como sujeito de direito: construção e teorização crítica sobre personalidade e subjetivação. Revista de Bioética y Derecho, v. 52, p. 237-252, 2021, p. 249. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/RBD/article/view/31503>. Acesso em: 12 fev. 2024.

Destaca-se que essa visão de Sthéfano Divino pode aparentar, a princípio, desvalida e vulnerável e, portanto, mereceria ser desconsiderada, contudo, se ela for analisada e compreendida com mais atenção, ter-se-á como a melhor resposta para esse debate jurídico em questão, posto que a solução será, portanto, aguardar que o próprio artefato robótico com IA diga para a sociedade humana se é (ou não) sujeito de direito, se tem (ou não) personalidade civil e quais seriam os seus direitos e deveres.

Como dito anteriormente, a IA vem-se desenvolvendo numa velocidade impressionante, de modo que, em poucas décadas, alcançará um estágio de autonomia absoluta, isto é, sem mais a necessidade da presença e participação humana, sendo capaz de desempenhar funções outrora consideradas únicas e exclusivas da cognição humana, a exemplo do raciocínio especializado e da resolução de problemas, da aprendizagem, entre outras, e, portanto, caberá à própria IA dizer para o mundo como ela quer ser tratada.

Apenas a título de argumentação, houve uma época em que a mulher não possuíam direitos perante a sociedade, sendo, muitas vezes, comparada a objetos (coisas), apesar de falar, de raciocinar, de resolver problemas, de aprender e de todas as demais funções humanas; ressalta-se o patriarcalismo da época a reduzia a “fruto da propriedade privada e do conseqüente papel de mero instrumento da reprodução que a mulher desenvolve dentro da família”.⁵¹

Da mesma forma, eram os negros na época da escravidão, os quais eram enquadrados por leis de inúmeros países, inclusive o Brasil, como mercadoria pertencente a um proprietário, sendo diariamente comercializado. Hoje em dia, a mulher e os negros são reconhecidos como sujeitos de direito, eles têm personalidade civil e têm os seus direitos protegidos, sendo eles,

51 COSTA, Ana Alice Alcantra. *As donas do poder: mulheres e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA, 1998, p. 20.

portanto, os competentes (responsáveis) para dizer como querem ser tratados pela sociedade.

Por fim, é importante destacar que o ordenamento jurídico brasileiro atual não reconhece a personalidade jurídica eletrônica (*e-person*) do artefato robótico com IA, no entendimento de que as tecnologias atuais ainda não atingiram um nível de autonomia suficiente para funções consideradas únicas e exclusivas da cognição humana, de forma totalmente independente do ser humano e, portanto, o artefato robótico com IA não pode responder civilmente em juízo por eventuais danos que tenha causado a alguém.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas, a IA tem ampliado as fronteiras das inovações em tecnologias de inúmeras áreas sociais, trazendo, por decorrência, inúmeros benefícios; contudo, a tecnologia traz consigo novos e expressivos riscos, com impactos ético-jurídicos.

Nesse caminho, neste estudo, teve-se como foco investigar a problemática envolvendo o reconhecimento da personalidade jurídica eletrônica do artefato robótico com IA no direito civil brasileiro, dando ênfase aos argumentos contra e favor desse reconhecimento e, após a análise dos principais argumentos de cada lado, concluiu-se que, no ano de 2024, não se justifica a atribuição de personalidade jurídica eletrônica da IA, no entendimento de que as tecnologias atuais ainda não atingiram um nível de autonomia suficiente para funções consideradas únicas e exclusivas da cognição humana, de forma totalmente independente do ser humano e, portanto, o artefato robótico com IA não pode responder civilmente em juízo por eventuais danos que tenha causado a alguém.

É importante ressaltar que, mesmo aquele que entenda que a personalidade jurídica da IA deve ser atualmente reconhecida, tal reconhecimento deverá ser parcial ou limitado, da mesma forma que ocorre com as “pessoas colectivas”, posto que a IA age de acordo com sua programação criada por uma pessoa física e, por conseguinte, pode-se afirmar que a IA não possui estímulo próprio, tornando inviável atribuir à IA todos os mesmos direitos conferidos ao ser humano, a exemplo do direito à vida e do direito à honra subjetiva. Com relação ao primeiro direito, não faria sentido este ser conferido à IA, haja vista que esta tem “vida eterna”, no sentido de ser algo perene, de sua existência não ser como a dos seres humanos, com um início, meio e fim – não há que se falar, portanto, em morte, em se tratando de IA, e ainda que ela fosse desligada, isso permaneceria até que alguém a ligasse novamente –, e com relação ao segundo, seria igualmente inviável, pelo fato de a honra subjetiva ser um sentimento de cada um a respeito de seus atributos físicos, intelectuais, morais e demais dotes da pessoa humana, características estas inexistentes na IA.

Entretanto, é extremamente provável que o entendimento exposto acima possa vir a ser sobrepujado, principalmente quando surgir, de fato, uma IA Forte, a exemplo da IA contida no filme o Homem Bicentenário (no original, *Bicentennial Man*), no qual o protagonista que é um artefato robótico com IA possui auto percepção de si mesmo, autonomia, sensibilidade, sentimento e tantas outras características humanas, de modo que a humanidade, ao final do filme, foi compelida a reconhecer os mesmos direitos conferidos aos seres humanos para a IA. Essa situação representada e contada no filme pode muito bem acontecer daqui a algumas décadas ou mesmo centenas de anos.

REFERÊNCIAS

A 5ª REVOLUÇÃO Industrial já começou? BLOG TD SYNnex, 2022. Disponível em: <https://digital.br.synnex.com/a-5-revolucao-industrial-ja-comecou>. Acesso em: 11 fev. 2024.

ABART, Sílvia Díaz. **Robots y responsabilidad civil**. Madrid: Reus, 2018.

ARAGÃO, Diego Zanetti. **A Personalidade Jurídica**. Jusbrasil, Salvador, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-personalidade-juridica/668360098#:~:text=O%20conceito%20geral%20da%20personalidade,de%20obriga%C3%A7%C3%B5es%2C%20com%20seus%20s%C3%B3cios>. Acesso em: 12 fev. 2024.

BARROSO, Gabriela de Menezes; SANT'ANNA, Marília Mendonça Moraes. Inteligência artificial (IA) e a ausência de personalidade jurídica. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 8, n. 4, p. 24426-24442, apr. 2022. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/46155>. Acesso em: 14 jan. 2024.

CAVALCANTI, Flávia; CANEN, Doris. Inteligência Artificial e Direito Tributário. Capítulo 17. *In*: LEITE, Luiza; HOLANDA, Rodrigo; FEIGELSON, Bruno. **Tax 4.0: Tributação na Realidade Exponencial**. São Paulo (SP): Editora Revista dos Tribunais, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/secao/capitulo-17-inteligencia-artificial-e-direito-tributario-parte-iii-tributacao-de-robos-e-inteligencia-artificial-tax-40-tributacao-na-realidade-exponencial/1394845343#a-274791336>. Acesso em: 22 mar. 2024.

COSTA, Ana Alice Alcantra. **As donas do poder: mulheres e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA, 1998.

DIVINO, Sthéfano Bruno Santos. Inteligência Artificial como sujeito de direito: construção e teorização crítica sobre personalidade e subjetivação. **Revista de Bioética y Derecho**, v. 52, p. 237-252, 2021. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/RBD/article/view/31503>. Acesso em: 12 fev. 2024.

FERREIRA, Rafael Medeiros Antunes. Breve Estudo da Personalidade Jurídica. **Revista Científica Semana Acadêmica**, Fortaleza, CE, v. 1, n. 78, 2015. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/breve-estudo-da-personalidade-juridica>. Acesso em: 15 jan. 2024.

HERKENHOFF, Henrique Geaquinto. **Os direitos da personalidade da pessoa jurídica de direito público**. 2010. 232 f. Tese (Doutorado em Direito Civil) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2131/tde-24082012-120042/publico/Versao_Integral_Tese_de_Doutorado_Henrique_Geaquinto_Herkenhoff.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

MOREIRA, Sonia. **IA e Robótica: a caminho da personalidade jurídica?** In: OLIVEIRA, A. S. P.; JERÓNIMO, P. (eds.). *Liber Amicorum Benedicta Mac Crorie*. [S.l.]: UMinho Editora, 2022. v. 2, p. 537-550. DOI: <https://doi.org/10.21814/uminho.ed.105.26>. Disponível: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/82209>. Acesso em: 15 jan. 2024.

NALIN, Paulo; NOGAROLI, R. Cirurgias assistidas por robôs e análise diagnóstica com inteligência artificial: novos desafios sobre os princípios contratuais e o equacionamento da responsabilidade civil médica. In: EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CATALAN, Marcos; MALHEIROS, Pablo. (coord.). **Direito civil e tecnologia**. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

NALIN, P; NOGAROLI, R. Diagnóstico para Covid-19 com inteligência artificial: novos desafios sobre princípios contratuais e responsabilidade civil médica em tempos de pandemia. **Revista Eletrônica de Direito do Centro Universitário Newton Paiva**, Belo Horizonte, n. 43, p. 256-272, jan./abr. 2021, p. 265. Disponível em: <https://revistas.newtonpaiva.br/redcunp/wp-content/uploads/2021/06/DIR43-15.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2024.

NEGRI, Sérgio Marcos Carvalho Avila. Robôs como pessoas: a personalidade eletrônica na Robótica e na inteligência artificial. **Revista Pensar**, Fortaleza, CE, v. 25, n. 3, p. 1-14, set. 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rpen/article/view/10178>. Acesso em: 12 fev. 2024.

NILSSON, Nils J. **The quest for artificial intelligence: a history of Ideas and achievements.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010. 707 p. Disponível em: <https://ai.stanford.edu/~nilsson/QAI/qai.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2024.

PEIXOTO, Fabiano Hartmann. **Direito e inteligência artificial: referencias básicos com comentários à Resolução CNJ 332/2020.** Brasília, DF: Ed. do Autor, DR: IA, 2020. 55 p. (Coleção inteligência artificial e jurisdição; v. 2). Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/book/200>. Acesso em: 15 jan. 2024.

POR que líderes de negócios precisam entender algoritmos? Ilumeo, 2019. Disponível em: <https://ilumeo.com.br/2019/12/09/2019-12-9-por-que-lideres-de-negocios-precisam-entender-algoritmos/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

PORTUGAL, **Heloisa Helena de Almeida. E-persons: Robôs inteligentes dotados de personalidade?** Magis – Portal Jurídico, [S.l.], 28 maio 2022. Coluna, Nós e Ela (A Inteligência Artificial). Disponível em: <https://magis.agej.com.br/e-persons-robos-inteligentes-dotados-de-personalidade/>. Acesso em: 12 fev. 2024.

RAMALHO, Joaquim. A personalidade jurídica das pessoas coletivas: evolução dogmática. **Rev. direito GV**, v. 15, n. 3, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6172201926>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/FxBkjb5DN4tvyCbgGzJ9ZR/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial.** 1. ed. Tradução de Daniel Moreira Miranda. São Paulo: Edipro, 2016.

SEARLE, John R. **Mentes, Cérebros e Programas.** Tradução de Cléa Regina de Oliveira Ribeiro. In: TEIXEIRA, J.F. **Cérebros, Máquinas e Consciência: Uma introdução à Filosofia da Mente**, São Carlos: Editora da UFSCar, 1996, p. 61-93. Disponível em: <https://opessoa.fflch.usp.br/sites/opessoa.fflch.usp.br/files/Searle-Port-2.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2024.

TEUBNER, Gunther. **Digital personhood? The status of autonomous software agents in private law.** Tradução de Jacob Watson. [S.l.]: Ancilla Iuris, 2018.

VAINZOF, Rony; GUTIERREZ, Andriei. Inteligência Artificial: conceitos fundamentais. *In*: VAINZOF, Rony; GUTIERREZ, Andriei. Inteligência Artificial (IA). São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/doutrina/inteligencia-artificial-ia/1394839564>. Acesso em: 15 fev. 2024.

WHAT is Machine Learning? Hewlett Packard Enterprise, [S.l.], c2022. Disponível em: <https://www.hpe.com/br/pt/what-is/machine-learning.html?jumpid=ps>. Acesso em: 11 out. 2022.